

Fundação Africana para o Clima

Estratégia 2026–2030

RESUMO





© African Climate Foundation, 2026



Índice

Definindo a transição a partir de dentro	4
A nossa trajetória: Da prova de conceito à plataforma continental	4
Os nossos valores: Como nos comportamos	5
O contexto: Por que este momento é importante	6
Cinco objectivos estratégicos que sustentam esta estratégia	8
Prioridades estratégicas: O foco da ACF para 2026–2030	9
Factores transversais propiciadores: Os multiplicadores que sustentam todo o resto	11
A nossa abordagem: O papel da ACF	13
A organização responsável pela estratégia	16
Perspectivas para o futuro	17

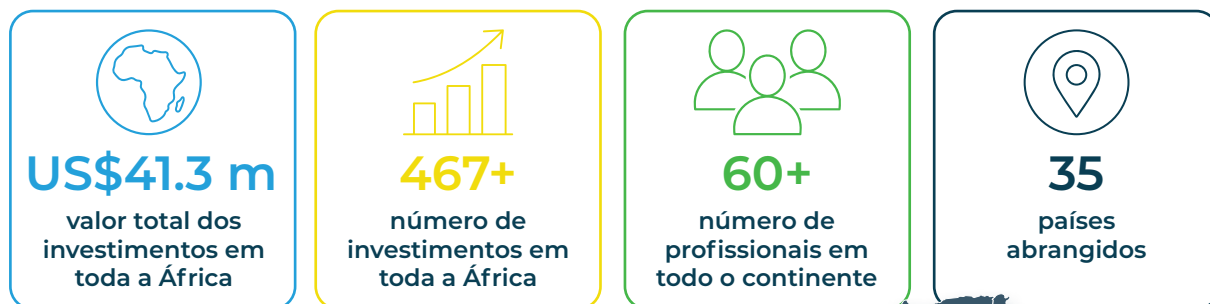
Definindo a transição a partir de dentro

Visão

Uma África dinâmica e resiliente às alterações climáticas, na qual o desenvolvimento socioeconómico inclusivo promova um crescimento sustentável e equitativo.

Missão

Apoiar intervenções na intersecção entre o clima e o desenvolvimento que possam promover uma transformação socioeconómica a longo prazo e um desenvolvimento inclusivo no continente africano.



A nossa trajetória: Da prova de conceito à plataforma continental

A Fundação Africana para o Clima (ACF) foi fundada com base numa ideia simples, mas poderosa: para que a filantropia climática tivesse um impacto real em África, era necessária uma instituição africana enraizada nas realidades do continente e que contasse com a confiança daqueles que impulsionam a mudança no terreno. Esse objectivo fundador não se alterou. Em vez disso, a dimensão, a ambição e a confiança com que a ACF busca esse objectivo têm vindo a crescer ao longo do tempo.



Os números não mentem



Desde a sua fundação na África do Sul em 2020, a actividade de concessão de subvenções da ACF cresceu e estendeu-se a 35 países em todo o continente. Em determinados países – África do Sul, Senegal, Nigéria, Tanzânia, Etiópia e Zâmbia – este apoio aprofundou-se, dando origem a programas nacionais específicos liderados por equipas locais, com a programação activa a expandir-se ainda mais no caso do Zimbábue, Gana, Maláui e Botsuana. Através deste trabalho, a ACF tornou-se um mediador de confiança: ligando ecossistemas políticos, técnicos, financeiros e de defesa de causas com vista a acelerar uma mudança significativa e duradoura.

Ao longo desta jornada, a ACF tem sido orientada a por uma filosofia consistente: aprender fazendo. A organização testou ideias, adaptou abordagens e aperfeiçoou o seu modelo em resposta à experiência e ao contexto em constante evolução. Esta cultura de reflexão e capacidade de resposta permitiu à organização manter-se ágil, fiável e relevante num panorama em rápida mutação.

Volvidos seis anos, a ACF evoluiu de uma prova de conceito para uma plataforma continental com a solidez institucional, as parcerias e a credibilidade necessárias para operar em grande escala. A próxima fase não se trata de expansão por si só. Trata-se de uma escolha estratégica deliberada: concentrar esforços, definir melhor as prioridades e aprofundar o impacto sistémico.

Os nossos valores: Como nos comportamos

A abordagem da ACF é definida por cinco valores – princípios orientadores que definem não só aquilo que a organização defende, mas também a forma como se manifesta na prática, tanto a nível externo como interno.



Empoderamento

Apoiamos a autonomia local e as soluções impulsionadas pela comunidade para os desafios climáticos de África.



Colaboração

Trabalhamos em várias regiões com espírito de abertura, criando em conjunto soluções lideradas por africanos para uma transição climática justa.



Responsabilização

Assumimos a responsabilidade perante a nossa missão, os nossos parceiros e as comunidades que servimos.



Integridade

Conquistamos a confiança através de um trabalho consistente e fundamentado em dados, com profissionalismo e clareza.



Empenho

Continuamos focados e resilientes, guiados por uma visão de longo prazo para um desenvolvimento equitativo.

O contexto: Por que este momento é importante

O clima e o desenvolvimento não podem ser separados. O acesso à energia, a resiliência, a industrialização, o financiamento, o emprego e a soberania fazem parte de uma única transformação. A questão já não é se a transição irá ocorrer, mas sim em que termos: quem detém o valor e quem assume os riscos?

As decisões tomadas agora – sobre sistemas energéticos, vias de adaptação, estratégias industriais, comércio, infra-estruturas, tecnologia e financiamento – determinarão se as economias africanas se tornarão mais resilientes às alterações climáticas, competitivas e inclusivas, ou se permanecerão presas a padrões de extracção, dependência e desigualdade.

Estas dinâmicas não são teóricas. Em todo o continente, a instabilidade climática já é uma realidade vivida. As secas perturbam a agricultura e os sistemas hídricos, as inundações danificam casas, estradas e infra-estruturas energéticas, e o stress térmico prejudica a saúde, a produtividade e a habitabilidade urbana. Por trás destas pressões estão as pessoas. Agricultores a assistirem ao fracasso das colheitas. Trabalhadores a labutarem sob um calor perigoso. Famílias deslocadas à medida que as inundações assolam as suas comunidades. Mães que esticam os alimentos limitados para alimentar os seus filhos. Jovens, especialmente meninas, retirados da escola à medida que os meios de subsistência entram em colapso.

Os choques climáticos estão a remodelar os padrões de migração, a agravar a insegurança alimentar, a sobrecarregar os orçamentos públicos, a perturbar as cadeias de abastecimento e a redefinir as escolhas de desenvolvimento em todo o continente – exacerbando as desigualdades em termos de género, localização geográfica e rendimentos.

Os compromissos têm vindo a multiplicar-se, mas a sua implementação tem ficado aquém das expectativas. Cada ano de atraso aumenta os custos, e as consequências da inação recairão mais fortemente sobre aqueles que menos contribuíram para a crise.



Estudo de Caso

Pata, Senegal: O que é a resiliência vista a partir da base

Numa das regiões mais pobres do Senegal, uma horta de 12 hectares encontrava-se praticamente abandonada em Pata, uma comuna na região de Kolda. A terra estava lá. A água estava lá. O que faltava era eletricidade.

A ACF apoiou a ENDA Energie, uma organização não governamental local, na instalação de um sistema solar de 32,7 quilowatts-pico (kWp) que devolveu a vida à horta. Mas o trabalho não se limitou às infraestruturas. Mais de 75 jovens e mulheres receberam formação em produção, transformação e gestão empresarial. Criaram-se 45 empregos diretos e 100 indiretos em sete meses, e o município desenvolveu um Plano Territorial de Clima e Energia com as bases institucionais necessárias para o sustentar.

Pata definiu a forma como a ACF encara o investimento à escala comunitária: energia limpa, capacidade produtiva, competências locais e governação não são intervenções separadas. Funcionam – e perduram – apenas quando são abordadas em conjunto.



O défice financeiro é estrutural, não pontual

Embora África seja a região que menos contribui para as emissões globais, recebe apenas cerca de **3% do financiamento climático mundial**.¹ Os elevados custos do serviço da dívida reduzem a margem de manobra orçamental, e os custos elevados de financiamento inflacionam o preço do capital, tanto para os governos como para as empresas. O défice de financiamento mais generalizado não reflecte uma escassez de oportunidades de investimento, mas sim percepções de risco estruturais, carteiras de projectos fragmentadas e acesso limitado a capital de longo prazo. O financiamento climático deve servir a transformação, não apenas a transacções.



A transição é competitiva e não neutra

A acção climática tornou-se indissociável da concorrência geopolítica e económica. As transições energéticas, os minerais verdes, as normas tecnológicas e o financiamento climático estão agora ligados à segurança nacional, à estratégia comercial e à influência global. A procura mundial pelos recursos, mercados e mão de obra de África está a aumentar, especialmente em sectores essenciais para a descarbonização. No entanto, sem coordenação, os países correm o risco de celebrar acordos que restrinjam a margem de manobra política, limitem a valorização interna ou transfiram os custos ambientais e sociais para as comunidades vulneráveis.



As vantagens estruturais são reais, mas não automáticas

A população do continente é jovem e está a crescer. **Até 2050, uma em cada quatro pessoas a nível mundial será africana.**² Esta trajectória demográfica cria o potencial para um poderoso dividendo – mas apenas quando as economias gerarem emprego produtivo, expandirem a valorização interna e se integrarem numa economia global alinhada com as metas climáticas. O facto de África conseguir ou não aproveitar os benefícios do impulso demográfico e da evolução tecnológica depende, acima de tudo, da solidez das suas instituições.

Em última análise, a trajectória climática e de desenvolvimento do continente será determinada pela acção dos próprios africanos. A transição é competitiva e desigual, moldada por dinâmicas de poder em constante mudança. Não irá, por si só, conduzir automaticamente a resultados equitativos. África possui activos de importância global: potencial de energias renováveis, minerais verdes, mercados em crescimento, uma localização geográfica estratégica e uma população jovem e dinâmica. Não está predeterminado se estes activos se traduzirão ou não em ganhos de desenvolvimento duradouros e alinhados com o clima. Depende da coerência entre os domínios políticos, da assertividade nas negociações e da capacidade de direccionar o capital para a criação de valor interno. Acima de tudo, dependerá das instituições que tenham a força e a continuidade para manter tal rumo.

A transição será definida a partir de dentro, ou imposta a partir de fora.

¹ Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB) (2024) COP29: Líderes africanos apelam a um rápido aumento do financiamento climático para a adaptação e o crescimento verde. Abidjan: BAD

² Banco Mundial (2024) Indicadores de Desenvolvimento Mundial. Washington, DC: Banco Mundial

Cinco objectivos estratégicos que sustentam esta estratégia

Para responder a este momento, são necessárias instituições com clareza e coerência para agir. A resposta da ACF assenta em cinco compromissos organizacionais. Não se trata de prioridades programáticas. São os alicerces que garantem a responsabilização da ACF perante a sua própria ambição - independentemente do contexto - abrangendo todas as actividades da organização e definindo a forma como esta funciona, cresce, aprende e mantém o impacto a longo prazo.

Para se alcançar o progresso, é necessário abordar as barreiras estruturais simultaneamente, em vez de sequencialmente.

Objetivos estratégicos

1

Reforçar a autonomia e a acção colectiva africanas

Ampliar a capacidade colectiva de África em matéria de clima, consolidando as instituições, as coligações e as plataformas através das quais os intervenientes africanos definem e impulsionam a sua própria transição.

2

Reforçar os ecossistemas para um impacto duradouro

Impulsionar as vias de desenvolvimento inclusivas e alinhadas com as metas climáticas de África, através de abordagens ágeis, flexíveis e estratégicas em matéria de concessão de subvenções, gestão fiscal e reforço dos ecossistemas.

3

Garantir a sustentabilidade financeira e a resiliência a longo prazo

Mobilizar e utilizar recursos financeiros diversificados, sustentáveis e alinhados com a missão, a fim de manter o impacto e as parcerias a longo prazo, reduzindo a vulnerabilidade a choques externos.

4

Reforço da capacidade institucional para a implementação a nível continental

Criar uma estrutura operacional à escala continental que permita uma implementação ágil, acelere a mobilização de capitais e aprofunde o envolvimento regional, em sintonia com a crescente ambição da ACF.

5

Medir o que importa: impactos, aprendizagem e responsabilização

Garantir a integridade do impacto através de sistemas de avaliação adaptativos que avaliem a contribuição a longo prazo, promovam a aprendizagem sistémica e assegurem a prestação de contas perante os parceiros, financiadores e comunidades.

Prioridades estratégicas: O foco da ACF para 2026–2030

Nos seus primeiros anos, a carteira da ACF foi adaptada pela amplitude da procura por parte dos parceiros. A lição aprendida nesse período é clara: a profundidade e a integração geram um impacto maior do que a mera amplitude. O imperativo actual não é a expansão, mas sim a integração, não porque o trabalho esteja concluído, mas porque o momento exige um envolvimento mais coordenado, sustentado e ao nível do sistema.

A ACF organizará, portanto, o seu trabalho em torno de três áreas prioritárias centrais: acesso à energia e transições energéticas, adaptação e resiliência, e industrialização verde. Estas áreas prioritárias coexistem com dois factores transversais: financiamento sustentável e parcerias internacionais. As três prioridades não foram escolhidas arbitrariamente. Representam os maiores pontos de alavancagem para a transição climática de África e estão profundamente interligadas: o progresso numa área acelera o progresso nas outras.

O financiamento sustentável e as parcerias internacionais estão presentes em todas as prioridades. Não se trata de linhas de trabalho distintas, mas sim do tecido conjuntivo que permite que as prioridades centrais ganhem escala, atraiam investimento e perdurem para além dos ciclos de financiamento individuais. Abordar os cinco elementos em conjunto, em vez de isoladamente, é o que torna possível um impacto a nível do sistema.

Em todas as cinco áreas prioritárias e transversais, a ACF não implementa programas directamente. O seu papel consiste em apoiar e reforçar o impulso que os intervenientes africanos já estão a gerar, e não em liderá-lo. O progresso exige que as barreiras estruturais sejam abordadas simultaneamente, em vez de sequencialmente, e é neste domínio que o apoio da ACF continuará a ser direccionado de forma mais eficaz. Através da concessão de subvenções, da gestão fiscal e da incubação, a ACF apoia os intervenientes que actuam em cada uma destas cinco dimensões.



ESTUDO DE CASO

A Unidade de Gestão de Projetos da Parceria para uma Transição Energética Justa: Começar a funcionar desde o primeiro dia

Em Novembro de 2021, os parceiros internacionais comprometeram-se a disponibilizar um montante inicial de 8,5 mil milhões de dólares para apoiar a determinação da África do Sul em fazer a transição para uma economia com baixas emissões de carbono de forma justa. Mas um compromisso financeiro não é um programa. Traduzir esse compromisso em ação exigia uma instituição capaz de coordenar a execução entre o governo, as empresas, os trabalhadores e a sociedade civil – uma instituição que ainda não existia. Construir tal instituição através dos processos convencionais do sector público teria levado anos. Em vez disso, a ACF forneceu infraestrutura administrativa e financeira através da gestão fiscal, permitindo que a Presidência da África do Sul preparasse o *Plano de Investimento JET em 2022* e criasse uma Unidade de Gestão de Projetos JET (JET PMU), orientada para conduzir rapidamente a implementação.

Os resultados não se fizeram esperar. O *Plano de Implementação do JET: 2023–2027* foi aprovado pelo Conselho de Ministros em Novembro de 2023 e apresentado pelo Presidente Ramaphosa na 28.ª Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP28) nesse mesmo ano. Em 2024, foram estabelecidas seis carteiras prioritárias do JET com instituições de renome para criar um conjunto de projectos para investimento; foi criado um Registo de Investimentos do JET, que publica regularmente o estado do financiamento internacional do JET; e a Plataforma de Financiamento do JET foi lançada em 2024, associando iniciativas do JET a nível comunitário a subvenções do JET. A gestão fiscal não só tornou a eficiência possível, como também desencadeou um impulso significativo, num momento crítico, para que um JET liderado pelo país se consolidasse e crescesse.



FACTOR FACILITADOR TRANSVERSAL 1



ÁREA PRIORITÁRIA 1



ÁREA PRIORITÁRIA 2



ÁREA PRIORITÁRIA 2



FACTOR FACILITADOR TRANSVERSAL 2



ÁREA PRIORITÁRIA 1

Alargar o acesso a energia fiável, acessível e limpa

Visão: a energia como base, não como um obstáculo. Acesso universal para pessoas e empresas, assegurado através de sistemas acessíveis e fiáveis, alimentados pelos recursos renováveis de África e geridos por instituições capacitadas.

- Acelerar as transições para as energias limpas nas economias dependentes de combustíveis fósseis, reforçando a coerência das políticas, o planeamento da transição, a preparação institucional e a electrificação de sectores-chave, incluindo os transportes.
- Expandir os sistemas renováveis distribuídos que proporcionam acesso fiável à energia para as pessoas e alimentam a utilização produtiva na agricultura, nos serviços, na indústria local e nos sistemas emergentes de mobilidade eléctrica.
- Reforçar a capacidade institucional para o planeamento energético integrado, a modelação e a concepção regulatória, garantindo percursos de transição credíveis e financiáveis. Isto inclui o recurso a ferramentas de planeamento e modelação baseadas em inteligência artificial (IA) que melhorem a precisão, a rapidez e a acessibilidade das previsões do sistema energético e da tomada de decisões de investimento.
- Desbloquear o investimento em energias renováveis para a produção de energia, preparação da rede, armazenamento e infra-estruturas de apoio, melhorando a preparação de projectos e o alinhamento entre o capital público e privado. Incorporar a equidade, a protecção social e a apropriação local nos quadros de transição, garantindo que as vias de energia e electrificação sejam justas, inclusivas e politicamente sustentáveis. Isto inclui o apoio a iniciativas energéticas lideradas pela comunidade e a modelos de distribuição geridos localmente.



ÁREA PRIORITÁRIA 2

Reforçar a resiliência climática e a capacidade de adaptação nos meios de subsistência, na agricultura e nos ecossistemas

Visão: a resiliência como segurança, não como sobrevivência. Uma África cujas economias terrestres, costeiras, rurais e urbanas se mantenham estáveis e produtivas num clima em mudança. Um ambiente onde as famílias, os agricultores, os trabalhadores e as comunidades estejam protegidos de crises recorrentes, onde os ecossistemas sejam restaurados e onde os riscos climáticos sejam antecipados e geridos, em vez de simplesmente suportados.

- Ampliar a resiliência e a restauração dos ecossistemas lideradas a nível local, integrando as iniciativas comunitárias em quadros de políticas, financiamento e protecção social favoráveis que priorizem a equidade e a apropriação local.
- Melhorar o acesso ao financiamento a nível de projecto para infra-estruturas resilientes às alterações climáticas e serviços essenciais, incluindo sistemas hídricos, fluviais, oceânicos e alimentares, ferramentas de gestão de riscos e protecção social adaptativa.
- Reforçar os quadros de governação, planeamento e investimento em matéria de adaptação, integrando abordagens baseadas na natureza e agroecológicas, a par de uma melhor coordenação intersectorial. Isto inclui o recurso a ferramentas baseadas em IA para a modelação de riscos climáticos, alertas precoces e gestão adaptativa da terra e da água.
- Reforçar a cooperação regional em matéria de resiliência em bacias hidrográficas partilhadas, mercados alimentares, pastagens e ecossistemas costeiros, reconhecendo que os riscos climáticos transcendem as fronteiras.
- Promover uma estrutura de financiamento da adaptação justa e acessível que complemente os esforços nacionais e regionais e apoie um reforço institucional duradouro, em vez de ciclos de resposta de curto prazo.



ÁREA PRIORITÁRIA 3

Promover a industrialização ecológica e a integração regional

Visão: da extracção à transformação. Economias africanas competitivas e de baixo carbono que retêm valor a nível local, geram emprego digno em grande escala, fortalecem os mercados regionais e onsolidam a resiliência num sistema global em processo de descarbonização.

- Melhorar a coerência entre os quadros políticos relativos à indústria verde, ao comércio, ao investimento, ao clima e à energia, garantindo que a descarbonização reforça a competitividade e que a equidade, a protecção social e a apropriação local são integradas no planeamento da transição.
- Aumentar a valorização interna nos sectores dos minerais, da indústria transformadora e da agroecologia, reforçando as competências, a capacidade produtiva e o emprego digno. Isto inclui cadeias de valor lideradas pela comunidade e enraizadas localmente.
- Promover corredores industriais, parques e centros de produção de baixo carbono alimentados por energias renováveis, ligados aos mercados nacionais e regionais.
- Reforçar a implementação da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA) e a integração das cadeias de valor regionais através de normas harmonizadas, planeamento coordenado de infra-estruturas e quadros de investimento alinhados. Articular a modernização industrial com a implantação de energia limpa e o reforço das capacidades nacionais, garantindo que a descarbonização reforça, em vez de limitar, a competitividade, e que os acordos regionais se traduzem em resultados práticos e sustentáveis.

Factores transversais propiciadores: Os multiplicadores que sustentam todo o resto

As finanças definem a trajectória. A escala, a estrutura e a sequência dos fluxos de capital determinarão se a ambição climática se traduzirá em activos produtivos, sistemas resilientes e indústrias competitivas, ou se permanecerá limitada pela pressão fiscal, por canais de financiamento fragmentados e por incentivos desalinhados. O financiamento sustentável não é uma agenda paralela. É a arquitectura que financia, reduz os riscos e sustenta a transformação.

O posicionamento internacional dá forma à alavancagem. A transição global não é neutra. Os regimes comerciais, as estruturas da dívida, as regras do financiamento climático, as normas tecnológicas e os alinhamentos geopolíticos influenciam a captura de valor, a competitividade industrial e o espaço de manobra política. Os termos do compromisso determinarão se as economias africanas reforçam a soberania e a capacidade interna ou absorvem o risco em sistemas definidos noutro local.

O financiamento sustentável e as parcerias internacionais são, por conseguinte, multiplicadores decisivos. Influenciam a forma como o capital circula, como o risco é distribuído, como as normas são definidas e como as prioridades africanas são promovidas nos fóruns regionais e globais. Não se limitam apenas a acompanhar as prioridades centrais; são o que as torna possíveis.



FACTOR FACILITADOR TRANSVERSAL 1

Desbloquear financiamento para uma transformação justa e sustentável

Visão: uma arquitectura financeira africana que mobilize capital nacional e internacional em grande escala, reforça a soberania, apoia a modernização industrial e acelera a resiliência climática.

- Mobilizar as poupanças nacionais e da diáspora para investimentos produtivos e alinhados com as metas climáticas, reforçando os quadros, os incentivos e os instrumentos através dos quais os fundos de pensões, os fundos soberanos e as instituições financeiras locais alocam capital.
- Reforçar a capacidade das instituições financeiras e fiscais nacionais para conceber, gerir e mobilizar capital de forma eficaz, de modo a servir as prioridades climáticas e de desenvolvimento a longo prazo.
- Ampliar os instrumentos de financiamento misto que absorvem o risco inicial, aprofundam os mercados de capitais nacionais e atraem maiores reservas de capital público e privado nas economias africanas.
- Reforçar a coordenação regional através de normas harmonizadas, plataformas de investimento transfronteiriças e integração dos mercados de capitais ligadas à ZCLCA e às comunidades económicas regionais (CER). Defender reformas financeiras globais que melhorem o acesso a capital acessível, liquidez e financiamento concessional, apoiando simultaneamente uma arquitectura financeira liderada por África que promova a autonomia nacional.



FACTOR FACILITADOR TRANSVERSAL 2

Reforço da autonomia africana na governação global em matéria de clima, finanças e comércio

Visão: uma África que define a transição climática global segundo os seus próprios termos. Negociar parcerias bilaterais equitativas, influenciar as regras multilaterais e mobilizar o investimento internacional de forma a reforçar o desenvolvimento interno e a soberania a longo prazo.

- Reforçar a capacidade de negociação e a análise técnica em fóruns multilaterais, garantindo que as posições africanas se baseiam em dados rigorosos e numa estratégia de desenvolvimento a longo prazo.
- Reforçar as bases analíticas e institucionais através das quais os países africanos possam negociar condições mais equitativas com os parceiros bilaterais nas áreas da energia, do comércio, da cooperação industrial e do financiamento climático – assentes em prioridades nacionais claras.
- Apoiar o desenvolvimento de carteiras de projectos credíveis e passíveis de investimento, bem como de quadros prontos para os investidores, que atraiam capital internacional em condições que reforcem as capacidades nacionais e a soberania.
- Promover regras multilaterais mais equitativas em matéria de financiamento climático, medidas de fronteira em termos de carbono, normas tecnológicas e instrumentos de financiamento concessionais, garantindo que os quadros globais reflectam as realidades de desenvolvimento africanas e os prazos de transição.
- Reforçar a coordenação regional através da União Africana (UA), das CER e das plataformas continentais, alinhando as posições nacionais e ampliando a influência colectiva nos processos de governação global.



A nossa abordagem: O papel da ACF

A ACF existe para garantir que a transição climática é definida a partir de dentro. A ACF é uma instituição africana no sentido «mais pleno»: construída no continente, liderada a partir de dentro e merecedora da confiança de governos, coligações e comunidades, pois conquistou esta confiança ao longo de anos de envolvimento prático e não prescritivo. Foi criada com a convicção clara de que, para que a transição climática servisse África, tinha de ser desenhada por actores africanos, assente nas realidades africanas e responsável perante as prioridades africanas. Tal convicção só se consolidou com o tempo.

O papel da ACF é apoiar, não liderar. Os governos, as instituições, as coligações, as organizações da sociedade civil e as comunidades africanas já estão a impulsionar a transição. O trabalho da ACF consiste em reforçar a sua capacidade de acção – ajudando a criar as condições para que possam avançar mais rapidamente, negociar a partir de uma posição de maior força e manter o rumo mesmo sob pressão contínua. Esta é a base de tudo o que a ACF faz.

Na prática, isto significa apoiar governos e financiadores na definição de políticas facilitadoras e no redireccionamento de capital para as prioridades de África. Implica ajudar a fortalecer as organizações da sociedade civil, as coligações e os movimentos que conferem aos actores africanos uma voz colectiva mais forte. Significa também desenvolver as ideias e análises que ajudam esses actores a reflectirem e a agirem face aos desafios que enfrentam. Ao actuarem simultaneamente nas áreas das políticas, das finanças, do investimento, da capacidade institucional e das ideias, a ACF ajuda a transformar o sistema – e não apenas os sintomas – da transição climática africana.

O sucesso não se mede pelo tamanho da carteira da ACF. Mede-se pela força, autonomia e capacidade de acção crescentes das instituições, coligações e movimentos africanos que a ACF apoia.

O que distingue a ACF não é um único instrumento, mas sim o modelo através do qual funciona. A transformação estrutural não se concretiza através de projectos isolados ou de intervenções pontuais. Concretiza-se quando as políticas, o financiamento e as instituições estão em sintonia: quando existem condições para atrair investimento, quando os sistemas financeiros têm capacidade para o receber e canalizar e quando as parcerias internacionais reforçam, em vez de limitar, as prioridades nacionais. A ACF actua através de plataformas de investimento lideradas a nível nacional e regional, operando simultaneamente em três níveis que se reforçam mutuamente.



Cada nível é necessário. Nenhum é suficiente por si só. É isto que distingue a abordagem da plataforma de investimento da ACF da filantropia convencional, que funciona projecto a projecto.

A equidade e a inclusão estão incorporadas em todo este modelo. As transições climáticas e de desenvolvimento só perduram quando proporcionam melhorias tangíveis nos meios de subsistência e nas oportunidades. As comunidades locais, os trabalhadores, as pequenas empresas e os grupos marginalizados devem ser integrados nos processos de planeamento e investimento. Além disso, garantir que recebem apoio para liderar estes processos – nomeadamente através de plataformas lideradas pela comunidade e de coligações geridas localmente – reforça tanto a legitimidade como a durabilidade da reforma.

O trabalho da ACF é realizado principalmente através de plataformas nacionais lideradas a nível nacional, apoiadas por equipas locais que combinam conhecimentos técnicos com uma profunda compreensão política e institucional. São seleccionados os países onde o impulso da transição e a preparação institucional criam oportunidades para uma mudança a nível do sistema. O apoio é adaptado às necessidades específicas, em vez de ser padronizado, reflectindo as diferenças em termos de maturidade institucional, estrutura económica, exposição climática e trajetórias de transição.

O objectivo é sempre a sustentabilidade institucional – ajudar a criar estruturas de investimento e sistemas de governação que continuem a mobilizar e a canalizar financiamento alinhado com as metas climáticas para além do período abrangido pela estratégia.

As plataformas nacionais, por si só, não conseguem abranger toda a dimensão da transformação. Muitas das limitações que determinam os resultados dos investimentos — regimes comerciais, normas financeiras, corredores de infra-estruturas, bacias hidrográficas partilhadas e processos de negociação — transcendem as fronteiras nacionais. As plataformas regionais complementam o envolvimento nacional, actuando à escala em que estas dinâmicas transfronteiriças são determinadas, através da colaboração com a ZCLCA, a UA, as CER e o Grupo Africano de Negociadores sobre Alterações Climáticas (NAC). A mudança sistémica requer mais do que boas ideias e actores dispostos a agirem. Exige infra-estruturas institucionais, recursos sustentáveis e credibilidade operacional para permitir que esses actores realizem o seu trabalho mais importante. A ACF presta este apoio através de três instrumentos integrados: concessão de subvenções, gestão fiscal e incubação. Em conjunto, estes instrumentos foram concebidos não para construir a própria presença da ACF, mas para reforçar o ecossistema à sua volta.



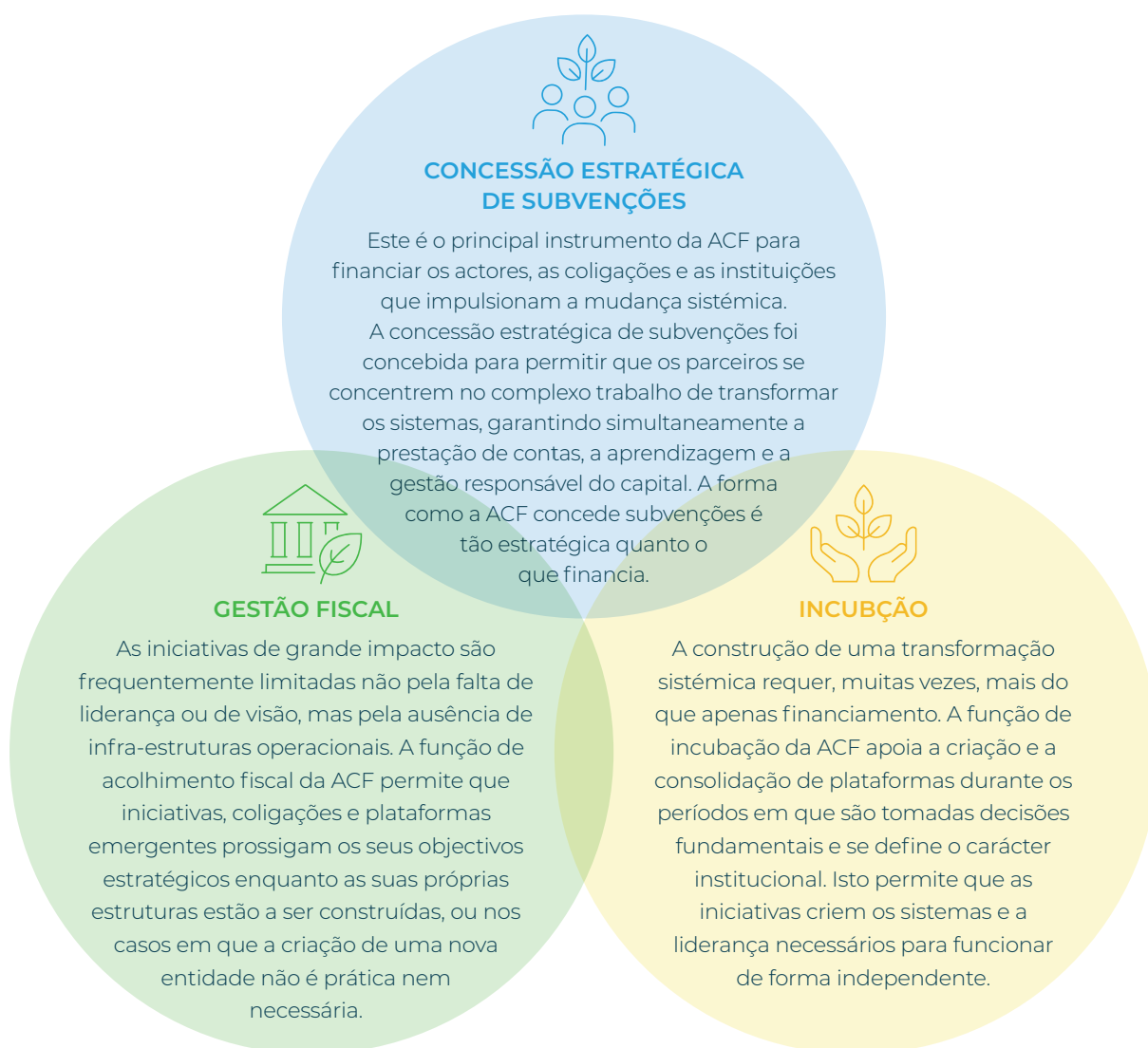
ESTUDO DE CASO

O New Economy Hub: Colocar as comunidades no centro da transição energética da África do Sul

A transição energética da África do Sul conta com quadros políticos já estabelecidos. O que tem faltado é uma visão enraizada localmente sobre o que se segue para as pessoas mais directamente afetadas – os mineiros, os municípios e as comunidades cujos meios de subsistência estão ligados ao carvão.

A ACF incubou o New Economy Hub (NEH) para preencher essa lacuna. Fundamentalmente, o NEH precisava de ser visto como uma voz independente pela sociedade civil, pelos meios de comunicação social e pelos grupos comunitários, e não como um braço de um financiador. A ACF forneceu infraestruturas institucionais através de gestão fiscal e apoio à governação, tendo depois concedido ao NEH uma autonomia genuína sobre a sua direcção e parcerias.

Em dois anos, o NEH apoiou 20 iniciativas com 25 parceiros, abrangeu a quase cinco milhões de pessoas através de esforços de informação pública e ajudou a desviar o debate público da gestão tecnocrática da transição para questões de justiça económica e autonomia comunitária. O debate sobre a transição na África do Sul inclui agora as pessoas a quem se destina.



A concessão de subvenções, a gestão financeira e a incubação não são actividades separadas. São implementadas como um sistema integrado, preenchendo cada uma, uma lacuna distinta no panorama do apoio. A concessão de subvenções financia os actores estratégicos, a gestão financeira fornece a infra-estrutura através da qual estes podem operar e a incubação constrói as bases institucionais necessárias para a independência a longo prazo. O todo é maior do que a soma das suas partes. O objectivo final não é a expansão institucional por si só. Trata-se de construir e fortalecer instituições e coligações africanas dinâmicas, capazes de definirem, financiarem e sustentarem as suas próprias trajetórias em matéria de clima e desenvolvimento.

Uma estratégia irresistível só é tão forte quanto a instituição que a sustenta. A ACF entra na sua próxima fase como uma organização mais competente, mais interligada e mais confiante do que aquela que iniciou esta jornada em 2020.

A organização responsável pela estratégia

Apoiar uma transformação sistémica em matéria de clima e desenvolvimento em vários países requer resiliência financeira, pessoas competentes e empenhadas, sistemas disciplinados, uma governação credível e uma estrutura de aprendizagem capaz de lidar com a complexidade ao longo do tempo. À medida que a ACF evoluiu de uma iniciativa com foco nacional para uma plataforma pan-africana, investiu deliberadamente nos alicerces institucionais que sustentam a sua execução.

O crescimento contínuo exige um maior reforço institucional. As prioridades que se seguem definem a forma como a ACF irá reforçar as suas bases organizacionais durante o próximo período estratégico (2026–2030) – garantindo que o crescimento em escala seja acompanhado por um crescimento em coerência, resiliência e eficácia a longo prazo.



ESTUDO DE CASO

O Coletivo Africano para a Transformação dos Sistemas Alimentares: Construir a infraestrutura que liga o conhecimento ao poder

Os debates sobre os sistemas alimentares africanos têm sido, há muito, definidos por vozes de fora do continente, e o financiamento que lhes é canalizado reflecte isso mesmo: é fragmentado, isolado e desligado das realidades no terreno. A ACF criou o Coletivo Africano para a Transformação dos Sistemas Alimentares (AFSTC) para mudar essa situação.

Na sua essência, o AFSTC reúne mais de 70 especialistas do próprio continente, provenientes de todas as regiões, que trabalham em conjunto com 10 organismos de defesa e de políticas numa rede onde as agendas de investigação são definidas pelas questões com que os profissionais se debatem na prática. As inovações que estão silenciosamente a construir resiliência em todo o continente — através de práticas regenerativas, mercados territoriais, soberania alimentar e cadeias de valor de propriedade local — são documentadas e ligadas directamente às estratégias de defesa de causas e às decisões de financiamento que podem levá-las mais longe. O resultado é uma rede à escala continental que funciona em todo o sistema alimentar e, para os financiadores, uma linha directa com os próprios especialistas africanos e com o que estes afirmam que é necessário fazer para o transformar.

A questão para os parceiros e doadores não é apenas o que a ACF pretende alcançar, mas também se a sua capacidade institucional está a crescer em consonância com a sua ambição. A credibilidade institucional é, por si só, uma forma de capital.

	Prioridade	O que isto significa
1	Sistemas financeiros	Aprofundar a transformação financeira para aplicar o capital de forma eficiente, apresentar relatórios com transparência e gerir os recursos de forma eficaz numa organização cada vez mais complexa.
2	Talento e cultura	Investir nos colaboradores da ACF – no seu desenvolvimento, experiência e bem-estar – como condição estratégica para cumprir a missão mais ampla.
3	Governança e risco	Construir uma cultura em que a governação, a ética e a gestão de riscos sejam assumidas por toda a organização, não tratadas como uma função de conformidade.
4	Sustentabilidade financeira	Diversificar e reforçar a base de financiamento da ACF para reduzir o risco de concentração e construir a resiliência a longo prazo que a missão exige.
5	Impacto e aprendizagem	Desenvolver sistemas de avaliação que avaliem a contribuição ao longo do tempo, incorporem a aprendizagem em toda a organização e impulsionem uma gestão adaptativa.
6	Voz e visibilidade	Garantir que as perspectivas lideradas por africanos estão presentes, sejam coerentes e influentes nos debates que moldam os resultados em matéria de clima, finanças e desenvolvimento.
7	Pegada operacional	Fazer evoluir a infra-estrutura da ACF em sintonia com a sua ambição continental, estabelecendo a presença adequada nos locais certos para apoiar uma execução ágil e eficaz.

Perspectivas para o futuro

A transição é competitiva e desigual. Não irá, por si só, garantir resultados equitativos. Mas África possui activos de importância global – potencial em energias renováveis, minerais verdes, mercados em crescimento, uma localização geográfica estratégica e uma população jovem e dinâmica. O facto de tais activos se traduzirem em ganhos de desenvolvimento duradouros e alinhados com o clima depende de instituições com a força e a continuidade necessárias para manter esse rumo.

A ACF entra na sua próxima fase (2026–2030) como uma instituição mais capaz, mais conectada e mais confiante do que aquela que iniciou esta jornada em 2020. A ambição é maior. O foco é mais nítido. O modelo está comprovado.

A convicção que impulsiona este trabalho permanece constante: o futuro climático e de desenvolvimento de África deve ser definido a partir de dentro, nos seus próprios termos e para o seu próprio povo.





www.africanclimatefoundation.org

© 2026 African Climate Foundation

Créditos das imagens: iStock | Unsplash
Concebido, composto e revisto pela COMPRESS.dsl | 800158_B PORT | www.compressdsl.com